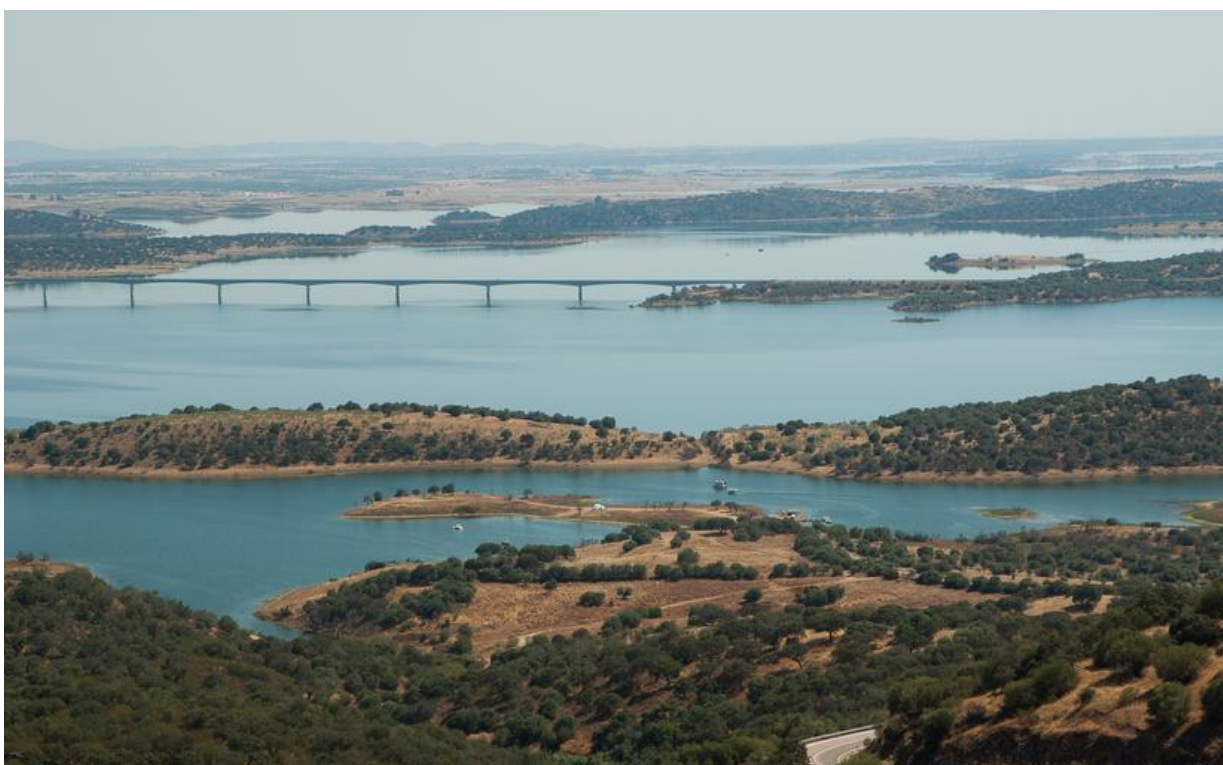


Manual Prático de Avaliação de Impacte Ambiental



Direção-Geral de Agricultura
e Desenvolvimento Rural

ÍNDICE

A. Enquadramento	3
A1. A Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural no procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental	3
A2. Quadro legal.....	4
A3. Avaliação Ambiental Estratégica.....	4
A4. Avaliação de Incidências Ambientais	6
A5. Avaliação de Impacte Ambiental:	6
A6. Conformidade Ambiental do Projeto de Execução (RECAPE).....	10
A7. Pós-Avaliação	11
B. Elaboração e acompanhamento de Estudos de Impacte Ambiental pelo MAFDR.....	12
B.1 Conteúdo do EIA	12
B.2. Acompanhamento do EIA	14
C. Emissão de parecer a EIA de projetos que interferem com o espaço agrícola.....	19
D. Considerações finais	19
E. Referências Bibliográficas, legislação consultada e outras fontes de informação	19
ANEXOS	20
Diagrama 1 - Avaliação Ambiental Estratégica	
Diagrama 2 - Apreciação prévia e decisão de sujeição a AIA	
Diagrama 3 - Dispensa do procedimento de AIA	
Diagrama 4 - Definição do Âmbito do Estudo de Impacte Ambiental	
Diagrama 5A + 5B - Procedimento de Avaliação	
Diagrama 6 - Prorrogação da DIA e da DCAPE	
Diagrama 7 - Alteração da DIA e da DCAPE	
Diagrama 8 - Verificação da conformidade ambiental do projeto de execução (RECAPE)	

A. ENQUADRAMENTO

A1. A DIREÇÃO-GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL NO PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL

O presente manual tem como objetivo apoiar os técnicos do MAFDR no acompanhamento dos procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) e análise de Estudos de Impacte Ambiental (EIA) no âmbito dos projetos da sua competência.

A Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) tem a sua intervenção na área da AIA em três principais vertentes:

1 – Enquanto Autoridade Nacional do Regadio (D.R. nº 8/2007 de 27 de fevereiro,) desempenha o papel de Entidade Licenciadora de projectos de regadio, emparcelamento rural e reconversão de terras não cultivadas.

- Analisa e emite parecer e envia o EIA e projeto à Autoridade de AIA;
- Integra as comissões de AIA de projetos.

2 – No âmbito das suas competências promove obras de regadio (Decreto-Lei nº 269/82, de 10 de julho republicado pelo Decreto-Lei nº 86/2002, de 6 de Abril) e de emparcelamento rural (Lei nº 111/2015 de 27 agosto).

3 – Dá apoio e acompanhamento às Direções Regionais de Agricultura e Pescas, as Entidades Gestoras dos Aproveitamentos Hidroagrícolas e outras entidades de carácter associativo na promoção de obras de regadio e de emparcelamento rural.

4 – Entidade consultada para emissão de parecer no âmbito de EIA de projetos que possam interferir com as áreas tuteladas pela DGADR.

Principais projetos de agricultura abrangidos pelo Diploma AIA (Anexo II, Decreto-lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro):

- Projetos de emparcelamento rural com ou sem infraestruturação para regadio;
- Reconversão de terras não cultivadas há mais de cinco anos para agricultura intensiva;
- Projetos de desenvolvimento agrícola que incluam infraestruturação de rega e drenagem;
- Florestação e reflorestação, desde que implique a substituição de espécies preexistentes, em áreas isoladas ou contínuas, com espécies de rápido crescimento e desflorestação destinada à conversão para outro tipo de utilização das terras ¹;
- Instalação de pecuária intensiva. ².

¹ No âmbito das competências do ICNF

² No âmbito das competências das DRAP

A2. QUADRO LEGAL

O atual regime jurídico de AIA encontra-se instituído pelo Decreto-lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2014/52/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente. (APA, consultado em janeiro de 2019, disponível em <https://www.apambiente.pt/index.php?ref=17&subref=146&sub2ref=477>)

Diplomas regulamentares:

- Portaria n.º 172/2014 de 5 de setembro, que estabelece a composição, o modo de funcionamento e as atribuições do Conselho Consultivo de Avaliação de Impacte Ambiental.
- Portaria n.º 326/2015, de 2 de outubro, que fixa os requisitos e condições de exercício da atividade de verificador de pós-avaliação de projetos sujeitos a AIA
- Portaria n.º 368/2015, de 19 de outubro fixa o valor das taxas a cobrar no âmbito do processo de AIA
- Portaria n.º 395/2015, de 4 de novembro que aprovou os requisitos e normas técnicas aplicáveis à documentação a apresentar pelo proponente nas diferentes fases da AIA e o modelo da Declaração de Impacte Ambiental (DIA)
- Portarias n.º 398/2015 e n.º 399/2015, de 5 de novembro, que estabelecem os elementos que devem instruir os procedimentos ambientais previstos no regime de Licenciamento Único de Ambiente, para a atividade pecuária e para as atividades industriais ou similares a industriais (operações de gestão de resíduos e centrais termoelétricas, exceto centrais solares), respetivamente;
- Portaria n.º 30/2017, de 17 de janeiro, que procede à primeira alteração da Portaria n.º 326/2015, de 2 de outubro, estabelecendo os requisitos e condições de exercício da atividade de verificador de pós-avaliação de projetos sujeitos a avaliação de impacte ambiental. (APA, consultado em janeiro de 2019, disponível em <https://www.apambiente.pt/index.php?ref=17&subref=146&sub2ref=477>):

A3. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) é um instrumento de natureza estratégica e de apoio à tomada de decisão, que visa contribuir e facilitar a integração de considerações ambientais e de sustentabilidade na elaboração de planos e programas.

A AAE deve ser (IAIA, 2002; APA, 2019):

- Integrada;
- Orientada para a sustentabilidade;
- Focalizada;
- Responsável;
- Participativa;

A Diretiva n.º 2001/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de junho foi transposta para o direito nacional através do Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio.

A AAE (APA, consultado em janeiro de 2019, disponível em <https://www.apambiente.pt/index.php?ref=17&subref=147>):

- Não se aplica a planos e programas financeiros e orçamentais nem a planos e programas destinados unicamente à defesa nacional ou à proteção civil.
- Só se aplica a planos e programas públicos, isto é, planos e programas preparados ou adotados por uma autoridade (nacional, regional ou local) e que resultem de exigência legal, regulamentar ou administrativa.
- É obrigatória para planos para os setores da agricultura, florestas, pescas, energia, indústria, transportes, gestão de resíduos, gestão das águas, telecomunicações, turismo, ordenamento urbano e rural ou utilização dos solos e que constituam simultaneamente enquadramento para a futura aprovação de projetos abrangidos pelo regime de Avaliação de Impacte Ambiental.
- É obrigatória para planos e programas que careçam de avaliação no âmbito da legislação relativa a Habitats.

DIAGRAMA 1

No caso dos planos ou programas desenvolvidos em território nacional serem suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente de outro Estado Membro da União Europeia deverá ocorrer uma consulta pública a esse Estado Membro.

Os procedimentos a observar nas consultas transfronteiriças com Espanha foram acordados no âmbito de um Protocolo.

O plano ou programa é aprovado pela respetiva tutela.

Diferenças fundamentais entre a AAE e a AIA (Guia de melhores práticas para Avaliação Ambiental Estratégica, 2012):

AAE	AIA
A perspetiva é estratégica e de longo prazo	A perspetiva é de execução e de curto e médio prazo
O processo ligado aos processos de política e planeamento é cíclico e contínuo	O processo, ligado a propostas concretas de intervenção é discreto
Não se procura saber o futuro, a finalidade é ajudar a construir um futuro desejável	A finalidade é conhecer como será o futuro, prever os potenciais impactes, baseado em previsões de eventos passados
A definição do que se pretende é vaga, existe uma grande incerteza e os dados são sempre bastante escassos	A definição do que se pretende realizar é relativamente precisa e os dados estão razoavelmente disponíveis ou podem ser recolhidos através do trabalho de campo
O seguimento da AAE faz-se através da preparação e desenvolvimento de políticas, planos, programas e projetos	O seguimento da AIA faz-se através da construção e implementação do projeto ou de planos de pormenor
A estratégia pode nunca vir a ser concretizada uma vez que as ações estabelecidas em planos e programas podem nunca ser executadas	Os projetos sujeitos a AIA são executados uma vez assegurada a sua viabilidade ambiental

A4. AVALIAÇÃO DE INCIDÊNCIAS AMBIENTAIS

A Avaliação de Incidências Ambientais (AlncA) consiste na avaliação prévia das incidências ambientais das ações, planos ou projetos suscetíveis de afetar de forma significativa um Sítio de Interesse Comunitário (SIC), uma Zona Especial de Conservação (ZEC) ou uma Zona de Proteção Especial (ZPE), tendo em conta os objetivos de conservação definidos para essas zonas.

O enquadramento legal da AlncA é dado pelo Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro e pelo Decreto-Lei n.º 156-A/2013, de 8 de novembro.

O ICNF é a autoridade competente para a aplicação do Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro.

À semelhança da AIA o procedimento de AlncA é prévio ao licenciamento, sendo autoridades de AlncA de projetos de fontes de energias renováveis as CCDR, no âmbito do Decreto-Lei n.º 215-B/2012, de 8 de outubro.

A5. AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL:

“Processo de identificação, previsão, avaliação e mitigação dos efeitos biofísicos (físicos e ecológicos), sociais e outros efeitos relevantes de propostas de desenvolvimento antes de decisões fundamentais serem tomadas e de compromissos serem assumidos (IAIA, 1999).”

A aplicação deste instrumento inclui:

- A elaboração de um EIA, da responsabilidade do proponente do projeto;
- A realização de consultas públicas e de consultas a entidades competentes na matéria;
- A análise pelas autoridades competentes da informação apresentada no estudo e de eventual informação suplementar;
- A conclusão pela Autoridade de AIA sobre os efeitos significativos do projeto no ambiente, a identificação e proposta de medidas de minimização, com o objetivo de decidir sobre a viabilidade do projeto e pós-avaliação.

A condução de um processo de AIA é da responsabilidade do Ministério do Ambiente e Transição Energética, através das autoridades de AIA, que poderão ser a APA (Autoridade Nacional de AIA) ou as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo ou Algarve.

Tem por objetivos:

- Identificar, descrever e avaliar, de forma integrada, os possíveis impactes ambientais significativos, diretos e indiretos, de um projeto e das alternativas apresentadas, tendo em vista suportar a decisão sobre a viabilidade ambiental, ponderando os seus efeitos sobre:
 - A população e a saúde humana;
 - A biodiversidade, em especial no que respeita às espécies e habitats protegidos;

- O território, o solo, a água, o ar, o clima, incluindo as alterações climáticas;
 - Os bens materiais, o património cultural, arquitetónico e arqueológico e a paisagem;
 - A interação entre os fatores mencionados, incluindo os efeitos decorrentes da vulnerabilidade do projeto perante os riscos de acidentes graves ou catástrofes que sejam relevantes para o projeto em causa.
- Definir medidas destinadas a potenciar os impactes positivos, e a evitar, minimizar e/ou compensar impactes negativos, que permitam melhorar os projetos, contribuindo para a tomada de decisões ambientalmente sustentáveis;
 - Definir os programas de monitorização ambiental necessários para o período de vida útil dos projetos;
 - Garantir a participação pública e a consulta dos interessados na formação de decisões que lhes digam respeito, privilegiando o diálogo e o consenso no desempenho da função administrativa;
 - Conduzir o processo de pós avaliação tendo em vista a verificação da eficácia das medidas adotadas, e a implementação de outras que se venham a revelar necessárias face aos resultados apurados na monitorização ambiental.

Entidades intervenientes no âmbito da aplicação do procedimento de AIA:

- Entidade Licenciadora (EL) ou competente para a autorização do projeto;
- Autoridade de AIA;
- Comissão de Avaliação (CA);
- Autoridade Nacional de AIA;
- Conselho consultivo de AIA (CCAIA).

FASES DA AIA:

Apreciação prévia e decisão de sujeição a AIA

Compete à entidade licenciadora ou competente para autorização do projeto decidir sobre a sujeição a AIA dos projetos. Para os projetos que se localizem em área sensível a decisão é emitida pela respetiva Autoridade de AIA.

DIAGRAMA 2

Dispensa do procedimento de AIA

Em circunstâncias excecionais e devidamente fundamentadas, o licenciamento ou autorização de um projeto pode, por iniciativa do proponente e mediante despacho dos membros do Governo responsáveis pela área do ambiente e da tutela do projeto, ser dispensado, total ou parcialmente, do procedimento de AIA.

DIAGRAMA 3

Definição do Âmbito do Estudo de Impacte Ambiental

A definição de âmbito de um EIA trata-se de uma fase preliminar e facultativa do procedimento de AIA. Embora seja uma fase facultativa, é de grande importância para garantir a eficácia do processo de avaliação e representa uma mais valia para o planeamento do EIA e o estabelecimento dos termos de referência. É nesta fase que a autoridade de AIA identifica, analisa e seleciona as vertentes ambientais significativas que podem ser afetadas por um projeto e sobre as quais o EIA deve incidir.

A definição de âmbito vincula o proponente, a autoridade de AIA e as entidades externas consultadas quanto ao conteúdo do EIA, pelo período de dois anos, salvo quando se verificarem alterações que contrariem a decisão.

DIAGRAMA 4

Procedimento de Avaliação

O procedimento de avaliação é consubstanciado no EIA. O EIA integra obrigatoriamente um Relatório Técnico e um Resumo Não Técnico.

O Relatório Técnico avalia de forma imparcial e meramente técnica os impactes que um determinado projeto poderá causar no ambiente.

O Resumo Não Técnico é um documento escrito em linguagem não técnica e de fácil perceção para o público em geral, onde constam todos os aspetos importantes contidos no EIA. (CCDR-LVT, consultado em janeiro de 2019, disponível em <http://www.ccdr-lvt.pt/pt/fases-da-aia/9055.htm>).

A APA disponibiliza um documento de orientação com os Critérios de Boa Prática para o Resumo Não Técnico.

O conteúdo mínimo do EIA deverá incluir:

- descrição do projeto;
- descrição das alternativas razoáveis estudadas/ ponderadas;
- descrição dos aspetos relevantes do estado atual do ambiente e um esboço da sua provável evolução caso o projeto não fosse executado;
- descrição dos fatores suscetíveis de serem significativamente afetados pelo projeto, nomeadamente a população e a saúde humana, a biodiversidade, o território, o solo, a água, o ar, a paisagem, o clima, incluindo as alterações climáticas, os bens materiais, o património cultural e respetiva interação entre os fatores mencionados;
- descrição dos prováveis efeitos significativos do projeto no ambiente;
- descrição e hierarquização dos impactes ambientais (diretos e indiretos, secundários e cumulativos, transfronteiriços, a curto, médio e longo prazo, permanentes e temporários, positivos e negativos) decorrentes do projeto e das alternativas estudadas;
- indicação dos métodos de previsão ou de prova utilizados para identificar e avaliar os impactes no ambiente;

- descrição das medidas previstas para evitar, prevenir, reduzir ou, se possível, compensar os impactos negativos no ambiente.

DIAGRAMA 5 A+ DIAGRAMA 5B

O Procedimento de avaliação conclui-se com a emissão de uma Declaração de Impacte Ambiental (DIA), com carácter vinculativo.

Previamente à emissão da DIA a entidade responsável pela sua emissão notifica o proponente para efeitos de audiência prévia, suspendendo-se o prazo por um período máximo de 20 dias.

DIA	Favorável	Emitida pela Autoridade de AIA
	Favorável Condicionada	
	Desfavorável	Emitida pelo membro do Governo com a tutela do Ambiente

A DIA deve fundamentar o sentido da decisão com fundamento na avaliação ponderada de impactos ambientais, definido com base numa escala numérica, correspondendo o valor mais elevado a projetos com impactos negativos muito significativos, irreversíveis, não minimizáveis ou compensáveis, associados às várias fases de desenvolvimento do projeto. (CCDR-LVT, consultado em janeiro de 2019, disponível em <http://www.ccdr-lvt.pt/pt/fases-da-aia/9055.htm>).

A DIA é emitida nos seguintes prazos a contar da data de receção pela autoridade de AIA do EIA devidamente instruído e sob pena de deferimento tácito:

- No prazo de 100 dias;
- No prazo de 90 dias no caso de projetos sujeitos ao regime de acesso e exercício de atividade industrial e projetos de potencial interesse nacional;
- No prazo de 70 dias, quando haja intervenção de entidade acreditada para verificação de conformidade do EIA.

A DIA em fase de projeto de execução caduca se, decorridos quatro anos sobre a data da sua emissão, o proponente não der início à execução do projeto.

A DIA em fase de estudo prévio ou anteprojecto caduca se, decorridos quatro anos sobre a data da sua emissão, o proponente não tiver requerido a verificação da conformidade ambiental do projeto de execução.

A decisão sobre a conformidade ambiental do projeto de execução caduca se, decorridos quatro anos sobre a data da sua emissão, o proponente não der início à execução do projeto.

A caducidade determina a extinção do procedimento e a necessidade de sujeição do projeto a novo procedimento de AIA.

Verificando-se a necessidade de ultrapassar os prazos previstos para início da execução do projeto ou para a apresentação do RECAPE o proponente pode requerer a prorrogação do prazo de validade da respetiva decisão.

O pedido de prorrogação é apresentado na autoridade de AIA sempre em data anterior à caducidade da DIA. (CCDR-LVT, consultado em janeiro de 2019, disponível em <http://www.ccdr-lvt.pt/pt/fases-da-aia/9055.htm>).

DIAGRAMA 6

No caso de se verificarem alterações às condições impostas na DIA ou na na Decisão sobre a Conformidade Ambiental do Projeto de Execução (DCAPE), durante o seu período de vigência, seja no que diz respeito às medidas de minimização e de compensação e/ ou aos planos de monitorização, poderá ser requerida a alteração à DIA ou DCAPE.

O pedido de alteração pode ocorrer por iniciativa da Autoridade de AIA ou por requerimento do proponente sempre que haja motivo fundamentado ou circunstâncias que o justifiquem.

DIAGRAMA 7

Consulta Pública

A definição de âmbito do EIA, do procedimento de AIA e do RECAPE inclui, obrigatoriamente, uma componente de participação pública, da responsabilidade da Autoridade de AIA, que assume uma particular relevância em todo o processo, constituindo um contributo para a tomada de decisão.

Compete à Autoridade de AIA definir a metodologia de Consulta Pública (CP) e a sua forma de concretização.

A CP é o procedimento integrado no âmbito da participação pública que visa a recolha de opiniões, sugestões e outros contributos dos interessados sobre cada projeto sujeito a AIA.

A6. CONFORMIDADE AMBIENTAL DO PROJETO DE EXECUÇÃO (RECAPE)

O projeto de execução está sujeito à verificação de conformidade ambiental com a DIA, sempre que o procedimento de avaliação tenha ocorrido em fase de estudo prévio ou de anteprojecto.

O RECAPE tem como objetivo garantir a concordância ambiental do projeto de execução, em todas as suas componentes, com as medidas de minimização e compensação, bem como com os planos de monitorização, demonstrando o cabal cumprimento dos termos e condições impostos pela DIA (CCDR-LVT, consultado em janeiro de 2019, disponível em <http://www.ccdr-lvt.pt/pt/fases-da-aia/9055.htm>).

DIAGRAMA 8

A decisão sobre a conformidade ambiental do projeto de execução é emitida pela autoridade de AIA, tendo em conta os pareceres técnicos emitidos e o relatório de CP.

A decisão de não conformidade ambiental do projeto de execução deve ser fundamentada e indicar expressamente as condições ambientais que o projeto de execução deve observar ou a necessidade da sua reformulação.

A decisão de conformidade ambiental do projeto de execução deve definir as condições ambientais de aprovação do mesmo, designadamente, as medidas de minimização,

compensação ambiental e potenciação e os programas de monitorização a adotar nas fases de construção, exploração e desativação do projeto. É determinada a entidade competente para a verificação do cumprimento das condições ambientais (autoridade de AIA ou EL).

A7. PÓS-AVALIAÇÃO

O procedimento de Pós-Avaliação é desenvolvido após a DIA ou DCAPE e aplica-se a projetos com decisões favoráveis no quadro do regime de AIA.

Este procedimento tem por objetivo avaliar a eficácia das medidas fixadas para evitar, minimizar ou compensar os impactes negativos e potenciar os efeitos positivos, bem como verificar o cumprimento dos termos e condições de aprovação do projeto, estabelecidas na DIA ou na DCAPE.

O procedimento de Pós-Avaliação é dirigido pela Autoridade de AIA, com a participação das entidades cujas competências o justifiquem ou que detenham conhecimento técnico relevante. O proponente deve comunicar à Autoridade de AIA as datas do início e do termo das fases de construção, exploração e de desativação do projeto.

O Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, estabelece três atividades fundamentais para a Pós-avaliação (APA, consultado em Janeiro de 2019, disponível em <https://www.apambiente.pt/index.php?ref=17&subref=146&sub2ref=961>):

- Análise dos relatórios de monitorização e de outra documentação relevante;
- Realização de visitas ao local ou locais de implantação do projeto;
- Realização de auditorias por verificadores qualificados pela APA.

Durante o processo de pós-avaliação o público interessado pode transmitir, por escrito, à Autoridade de AIA quaisquer informações ou dados relevantes sobre os impactes ambientais resultantes da execução do projeto.

Monitorização

Compete ao proponente realizar a monitorização do projeto nos termos fixados na DIA ou na decisão de conformidade ambiental do projeto de execução ou, na falta destes, de acordo com o EIA ou o RECAPE.

Os respetivos relatórios de monitorização devem ser remetidos à Autoridade de AIA e a sua estrutura e conteúdo previstos nos respetivos programas para as fases de pré-construção, construção, exploração e desativação a apresentar devem obedecer às normas técnicas constantes no anexo V da Portaria n.º 395/2015, de 4 de novembro, da qual faz parte integrante.

A Autoridade de AIA remete os mesmos para apreciação às entidades cujas competências o justifiquem ou detenham conhecimento técnico relevante.

Em casos excecionais e devidamente fundamentados a Autoridade de AIA pode estabelecer medidas adicionais para minimizar ou compensar impactes negativos não previstos mas ocorridos em qualquer uma das fases do projeto, devendo fazê-lo em colaboração com a entidade licenciadora ou competente para a autorização.

Visitas ao projeto

As visitas podem ser realizadas em qualquer das fases do projeto e, usualmente, é comunicado ao proponente a realização das mesmas e solicitada, se necessária, a sua participação. As visitas visam observar *in loco* os aspetos em análise. (APA, consultado em janeiro de 2019, disponível em <https://www.apambiente.pt/index.php?ref=17&subref=146&sub2ref=961>)

Auditoria

As Auditorias permitem avaliar *à posteriori*, os impactes ambientais do projeto, tendo por referência normas de qualidade ambiental, bem como as previsões, medidas de gestão e recomendações resultantes do procedimento de AIA.

A Autoridade de AIA solicita ao proponente a realização de auditorias para verificação da implementação das condições impostas pela DIA ou pela DCAPE, devendo ser realizada uma auditoria durante a fase de construção e outra três anos após o início da entrada em exploração.

As auditorias devem ser realizadas por verificadores qualificados pela APA, I.P., nos termos e condições estabelecidos na Portaria n.º 326/2015, de 2 de outubro e no documento Termos e condições para a realização de auditorias de pós-avaliação.

B. ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE ESTUDOS DE IMPACTE AMBIENTAL PELO MAFDR

B.1 CONTEÚDO DO EIA

Quando a DGADR, no âmbito das suas competências, promove obras de regadio e de emparcelamento rural sujeitas a AIA elaborando processo de concurso público para preparação de EIA.

Cabe à DGADR definir um conjunto de cláusulas técnicas, cujo EIA deverá cumprir. Neste sentido, foi elaborado um documento orientador para a sua definição.

Principais aspetos a considerar na definição do conteúdo de um EIA:

NOTA INTRODUTÓRIA

- *Objetivo e âmbito*
- *Descrição do Projeto*

DOCUMENTOS A FORNECER À EQUIPA PROJETISTA

ESPECIFICAÇÃO DO ESTUDO

Caracterização do projeto:

- *Objetivo do projeto;*
- *Localização do projeto com a identificação do local;*
- *Alternativas consideradas: identificar as principais razões da escolha efetuada, atendendo aos efeitos no ambiente;*
- *Descrição do projeto: identificar, nomeadamente, o processo, dimensão, capacidade, fluxos, entradas e saídas no sistema, construções, configurações, infraestruturas, acessos, áreas ocupadas na fase de construção e exploração;*
- *Descrição dos projetos associados ou complementares;*
- *Utilização de recursos, indicando a sua origem e quantificação;*
- *Produção de efluentes, resíduos e emissões;*
- *Identificação das «substâncias perigosas», na aceção da alínea s) do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, passíveis de estar presentes no estabelecimento;*
- *Calendarização das fases do projeto (construção, exploração e desativação);*
- *Peças desenhadas do projeto.*

Caracterização da situação de referência:

- *Descrição geral da área do projeto e envolvente e das infraestruturas existentes;*
- *Identificação das áreas sensíveis localizadas na área de influência do projeto;*
- *Enquadramento do projeto face aos instrumentos de gestão territorial e/ou do espaço marítimo, às servidões e restrições de utilidade pública e às principais condicionantes existentes;*
- *Caracterização do estado atual do ambiente considerando os fatores ambientais suscetíveis de serem afetados e a inter-relação entre os mesmos, nomeadamente: geologia e hidrogeologia, fatores climáticos, qualidade do ar, recursos hídricos, ambiente sonoro, sistemas ecológicos, solos, uso do solo, socioeconomia, património cultural, arqueológico ou geológico de interesse especial, paisagem e outros que se afigurem relevantes.*

Identificação e avaliação de impactes:

- *Identificação e avaliação dos impactes positivos e negativos, nas fases de construção, exploração e desativação, indicando a sua natureza, magnitude e significância;*
- *Identificação e avaliação dos impactes cumulativos.*

Identificação das medidas de minimização ou compensação**Pós-Avaliação**

CONCLUSÕES

NOTAS TÉCNICAS

PRAZO E EXECUÇÃO DO EIA

B2. ACOMPANHAMENTO DO EIA

A fase de acompanhamento da elaboração do EIA consiste em verificar se as cláusulas técnicas estão a ser cumpridas.

A DGADR acompanha, analisa e emite parecer no âmbito de três Notas Técnicas, nomeadamente:

- Caracterização da situação de referência;
- Avaliação de impactes e de medidas de minimização/ mitigação;
- Relatório final.

A atuação do técnico da DGADR, no âmbito da análise do EIA, centra-se em três vertentes:

- Descrição do projeto;
- Caracterização da situação de referência;
- Impactes e medidas de minimização/ mitigação.

Descrição do projeto:

A descrição do projeto é analisada pela Divisão do Ordenamento do Espaço Rural da Direção de Serviços do Território e Agentes Rurais com o apoio da Direção de Serviços do Regadio e da Direção de Serviços de Promoção da Atividade Agrícola.

Caracterização da situação de referência e Impactes e medidas de minimização/ mitigação:

Atuação do técnico	Principais descritores a considerar	Aspetos relevantes
Caracterização da situação de referência	Agrossistemas	Caracterização das explorações agrícolas: - estrutura fundiária - tipologia - orientação técnico-económica - caracterização da mão de obra - rendimento/ ocupação cultural
	Recursos hídricos superficiais	- identificação e caracterização das bacias hidrográficas e linhas de água afetadas - identificação das origens da água da área de estudo - caracterização dos tipos de usos - caracterização do estado das massas de água superficiais - identificação de fontes de poluição e descarga de efluentes
	Recursos hídricos subterrâneos	- caracterização da hidrogeologia - caracterização do estado das massas de água subterrâneas - identificação de áreas de importância hidrogeológica e das Zonas Vulneráveis e Sensíveis - identificação dos pontos de água com a caracterização do tipo de captações existentes - caracterização dos tipos de uso - identificação de fontes de poluição
	Alterações climáticas	- identificação das alterações previsíveis a que o clima estará sujeito tendo em conta o projeto em estudo
	Ordenamento do território (OT)	Levantamento das diferentes figuras de OT em vigor na área do projeto: - Reserva Ecológica Nacional - Reserva Agrícola Nacional - Planos de OT (Plano Nacional da Política de OT, Programas Regionais de OT, Planos Diretores Municipais,...) - Rede nacional de Áreas Protegidas - Zonas Sensíveis e Zonas Vulneráveis - Outras servidões e condicionantes existentes
	Paisagem	- caracterização das unidades de paisagem (características naturais e humanizadas) - avaliação da qualidade visual - identificação de elementos naturais de valor paisagístico
	Sócio economia	Caracterização sócio-económica da região: - estrutura sócio-económica; - características técnico-económicas do sub-setor agrícola regional; - principais constrangimentos à atividade produtiva; - acessibilidades e rede viária.

Atuação do técnico	Principais descritores a considerar	Aspectos relevantes
	Solos e uso dos solos	<ul style="list-style-type: none"> - identificação de unidades pedológicas - capacidade de uso de solo - caracterização dos riscos de: <ul style="list-style-type: none"> - erosão - salinização/ alcalinização - drenagem interna deficiente - caracterização dos atuais usos do solo - Afetação de áreas de solo com o projeto
Impactes ambientais	Agrossistemas	<ul style="list-style-type: none"> - impactes negativos ou positivos sobre os agrossistemas - restrições temporárias ao uso dos terrenos por motivo da construção e seus efeitos sobre as atividades locais - poluição do solo originada por poluentes atmosféricos, efluentes líquidos ou deposição de resíduos, atendendo a aspetos tais como: acidificação do solo, erosão, compactação; etc.
	Recursos hídricos superficiais e subterrâneos	<p>Impactes sobre os parâmetros hidrológicos do meio, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - alteração e desvios de cursos de água e padrões de drenagem superficial. - regime de correntes, avaliação das possibilidades de escoamentos, erosão das margens e do leito, variações diárias e sazonais; <p>Impactes sobre a dinâmica dos principais aquíferos, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - profundidade do nível dos aquíferos - vulnerabilidade aos poluentes - alteração nas condições hidrogeológicas, reservas de água subterrânea e áreas de recarga natural.
	Alterações climáticas	Avaliação do impacte ambiental à luz dos cenários relacionados com as alterações climáticas em consequência do projeto e para o projeto
	Ordenamento do território	<ul style="list-style-type: none"> - implicações sobre o Ordenamento do Território atendendo, nomeadamente às disposições das Cartas de Ordenamento e de Condicionantes dos Planos Diretores Municipais - avaliação de conformidade do projeto com os instrumentos de gestão do território
	Paisagem	Alterações da estrutura da paisagem e dos valores estéticos originados quer pelas instalações definitivas e operações de construção, quer pelas actividades complementares

Atuação do técnico	Principais descritores a considerar	Aspetos relevantes
	Sócio económicos	<ul style="list-style-type: none"> - receptividade da população local à realização do projeto - melhoramentos nas infraestruturas, equipamento social, acesso a áreas naturais e lazer, etc - alterações demográficas e eventuais alterações da estrutura etária local - análise da estrutura socioeconómica local e regional das atividades tradicionais sob as novas condições - situação em termos de emprego durante as fases de construção - efeitos sobre a economia regional - sistema cultural, social e etnológico das populações e qualidade de vida da população local - impactes sobre a saúde das populações por efeito da poluição atmosférica hídrica ou sonora - aumento do rendimento dos agricultores - melhoria das condições de vida e de trabalho
	Solos e uso dos solos	Impactes sobre os atuais e potenciais usos do solo
Medidas de minimização/mitigação	Todos os descritores	<p>Pretende-se que para cada um dos impactes negativos identificados e analisados sejam propostas medidas de correcção ou minimização. Deverão ser indicadas as opções existentes, vantagens e desvantagens, bem como recomendações para acções específicas, incluindo nomeadamente projetos de integração paisagística, recuperação de estaleiro, entre outros.</p> <p>A identificação das medidas de minimização ou compensação dos impactes do projeto para as fases de construção, de exploração e de desativação, se aplicável.</p>
Medidas cautelares	Todos os descritores	<p>Para além dos impactes originados pela implantação do empreendimento existem outros, que derivam dos procedimentos de construção, nomeadamente instalação do estaleiro, circulação de maquinaria etc.. Estes impactes deverão ter em atenção medidas que acautelem e minimizem quanto possível as ações resultantes da fase de construção do projeto.</p> <p>Estas medidas designadas por cautelares deverão atender aos seguintes aspetos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - indicação de alternativas de localização - acessibilidades - restrições à localização de entulhos, lamas ou sedimentos - indicação da localização das manchas de empréstimo - demarcação de áreas a preservar - controlo de descargas de resíduos sólidos ou efluentes líquidos provenientes de estaleiros - decapagem de terra viva, seu armazenamento, localização e melhoramento, para posterior reutilização - outras medidas cautelares que se detetem como necessárias.

Atuação do técnico	Principais descritores a considerar	Aspetos relevantes
Trabalhos de Recuperação Paisagística	Todos os descritores	Deverá ser prevista: <ul style="list-style-type: none"> - recuperação das áreas de estaleiro, depósitos, manchas de empréstimo e acessos e outras julgadas necessárias - integração das medidas minimizadoras definidas - para todos os trabalhos propostos, deverá ser apresentado, sempre que possível uma estimativa de custos
Planos de Monitorização	Todos os descritores	<ul style="list-style-type: none"> - plano de monitorização da qualidade da água (verificação de pontos de amostragem e respetiva localização) - outros planos de monitorização considerados pertinentes
Pós-Avaliação	Todos os descritores	Demonstração do cumprimento e eficácia dos termos e condições de aprovação da DIA ou DCAPE

C. EMISSÃO DE PARECER A EIA DE PROJETOS QUE INTERFEREM COM O ESPAÇO AGRÍCOLA

A DGADR emite pareceres a projetos de infra-estruturas, equipamentos, operações urbanísticas, entre outros, que interfiram com áreas de aproveitamento hidroagrícola.

Após receção de um pedido de parecer existe uma verificação da interferência de um dado projeto nas áreas dos aproveitamentos hidroagrícolas e, caso a mesma se verifique, são estudadas soluções que permitam compatibilizar as áreas de regadio com o projeto em causa.

D. CONSIDERAÇÕES FINAIS

E. LEGISLAÇÃO E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Legislação

- Decreto-lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro
- Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio
- Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro e pelo Decreto-Lei nº 156-A/2013, de 8 de novembro
- Decreto-Lei n.º 215-B/2012, de 8 de outubro

Documentos e Guias

- Guia Técnico para a elaboração de estudos de impacte ambiental de projetos do EFMA, EDIA, 2.ª edição, 2008
- Guia de melhores práticas para Avaliação Ambiental Estratégica - orientações metodológicas para um pensamento estratégico em AAE, APA, 2012

ANEXOS

DIAGRAMA 1 - AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

DIAGRAMA 2 - APRECIAÇÃO PRÉVIA E DECISÃO DE SUJEIÇÃO A AIA

DIAGRAMA 3 - DISPENSA DO PROCEDIMENTO DE AIA

DIAGRAMA 4 - DEFINIÇÃO DO ÂMBITO DO ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL

DIAGRAMA 5A + 5B - PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

DIAGRAMA 6 - PRORROGAÇÃO DA DIA E DA DCAPE

DIAGRAMA 7 - ALTERAÇÃO DA DIA E DA DCAPE

DIAGRAMA 8 - VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE AMBIENTAL DO PROJETO DE EXECUÇÃO (RECAPE)